



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

29/11/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Renda do trabalho diminui desde 2017. Salário não chega a dois mínimos em metade dos empregos

O emprego formal cresceu em 2021, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgada pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O estoque de vagas em 31 de dezembro era de 48.728.871 vínculos, sendo 82,6% de celetistas e 17,4% de estatutários. Houve crescimento de 5,39% em relação ao ano anterior. No entanto, a renda média do trabalho caiu.

Segundo ele, houve recuperação de empregos em relação a 2020, “o ano mais crítico da pandemia”. Em todas as regiões e praticamente todos os setores, com destaque para o Nordeste (alta de 7,92%) e a construção (9,55%). Também aumentou a escolaridade: 51,5% eram trabalhadores com ensino médio completo.

“Em que pese o crescimento do emprego e o trabalhador estar mais escolarizado, a gente tem queda do rendimento médio”, diz o economista, em entrevista a Glauco Faria, na Rádio Brasil Atual. “Essa queda ocorre desde 2017. Não à toa é desde 2017”, observa o técnico do Dieese, lembrando que naquele ano foi implementada a “reforma” trabalhista.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 28 de novembro.

De 2020 para 2021, a retração na renda foi de 3,80%, para R\$ 3.488,14. Ou, em valores, R\$ 137,85 a menos. Quando se considera a mediana, Victor ressalta que metade dos empregados ganhava até R\$ 1.995, menos de dois salários mínimos. Desde 2017, a perda é de aproximadamente 6,5%.

O jornalista observa que esse é o panorama do emprego formal no mundo do trabalho. Assim, se os sem carteira e autônomos fossem incluídos nesse conta, a situação seria ainda pior. O economista concorda e acrescenta: “Isso coloca um desafio para o futuro governo”.

Ele destaca dois itens, entre outros. O primeiro é retomar a política de valorização do salário mínimo, com seu efeito multiplicador. “O segundo é rever aspectos da chamada reforma trabalhista, no sentido de fortalecer as entidades sindicais e valorizar as negociações coletivas, porque isso tem também como resultado uma melhora da remuneração dos trabalhadores.”

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 29 de novembro.

Economistas elevam projeções para inflação e dólar neste ano

Analistas consultados pelo Banco Central elevaram ligeiramente suas previsões para a inflação e o câmbio neste ano e no próximo, de acordo com a pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira (28).

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou que a expectativa para a alta do IPCA este ano agora é de 5,91%, 0,03 ponto percentual a mais do que na semana anterior.

Para 2023, a projeção subiu em 0,01 ponto, a 5,02%. Para 2024 o cálculo continua sendo de um aumento de preços de 3,50%.

O centro da meta oficial para a inflação em 2022 é de 3,5%, para 2023 é de 3,25% e para 2024 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para o PIB (Produto Interno Bruto), a estimativa de crescimento em 2022 melhorou em 0,01 ponto percentual, a 2,81%, enquanto para o ano que vem permaneceu em 0,70%.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda que houve aumento nas estimativas para o dólar, calculado em R\$ 5,27 em 2022 e R\$ 5,25 em 2023, de R\$ 5,25 e R\$ 5,24 anteriormente.

Já para a taxa básica de juros segue o cenário de que a Selic terminará este ano a 13,75% e o próximo a 11,50%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 29 de novembro.

Em previdência privada, escolher bem o regime tributário é fundamental

Entender a tributação de aplicações financeiras tradicionais já não é simples, mas na previdência privada, a dificuldade se eleva. Existem apenas dois regimes de tributação em previdência privada, mas a escolha entre eles é mais complexa do que parece. Os dois regimes tributários em previdência privada são o regressivo (ou definitivo) e o progressivo (ou compensável).

O regime regressivo é mais simples pois sua alíquota se inicia em 35% e cai de 5% a cada dois anos, atingindo o mínimo de 10% em 10 anos.

O regime progressivo segue a tabela progressiva de IR e a tributação depende do volume resgatado. No momento do resgate, as previdências sobre este regime são tributadas à alíquota de 15%, mas na declaração de IR, você precisa fazer a compensação dependendo do montante resgatado. Assim, a alíquota pode chegar a 27,5%.

O primeiro caso seria se um investidor não tem outra renda tributável e resgata o limite de R\$ 1.900 por mês. Com este volume de resgate, no primeiro momento, ele seria tributado em 15%, mas na declaração de IR realizada no início do ano seguinte, ele seria restituído deste IR pago.

O segundo caso é o de ele ter um volume de abatimentos em sua declaração que faça com que sua renda tributável caia para o limite de isenção.

Portanto, a escolha pelo regime regressivo não necessariamente é a melhor sempre. Outros critérios como volume de retirada, outras rendas e volume de despesas abatíveis na declaração de IR são fundamentais na seleção. A escolha do regime tributário na previdência privada deve ser bem pensada de forma a você pagar menos IR no futuro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, Colunista: Michel Viriato, terça-feira 29 de novembro.

Inadimplência no Brasil sobe em outubro ao nível mais alto em quase 4 anos

A inadimplência em recursos livres no Brasil avançou em outubro para o nível mais alto em quase quatro anos, segundo dados do Banco Central divulgados nesta segunda-feira (28), em meio ao alto custo dos empréstimos após o agressivo ciclo de aperto monetário.

A inadimplência em recursos livres, em que os bancos têm autonomia para definir taxas de juros, aumentou de 4,10% em setembro para 4,20% em outubro, chegando ao maior patamar desde agosto de 2018.

O BC fez um alerta recentemente sobre riscos à estabilidade financeira do país em um eventual cenário de elevação de gastos públicos e incerteza sobre a trajetória de endividamento do governo, com impacto sobre prêmios de risco e expectativas de inflação.

De acordo com o BC, a capacidade das pessoas físicas de pagar se deteriorou mesmo diante de indicadores melhores para a economia e o mercado de trabalho.

O estoque total de crédito no Brasil subiu 1,0% em outubro na comparação com setembro, a R\$ 5,215 trilhões, correspondente a 54,9% do PIB (Produto Interno Bruto), mostraram os dados do PIB. Em 12 meses, a taxa desacelerou a 15,8%, ante 16,4% em setembro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 29 de novembro.

Custo de vida em SP interrompe ritmo de queda e volta a crescer

Após três meses em queda, o custo de vida para as famílias da região metropolitana de São Paulo cresceu 0,7%, em outubro, segundo o monitoramento feito pela FecomercioSP.

O cenário foi puxado, principalmente, pelo preço das passagens aéreas, que aumentou 27% em relação a setembro. Somado a isso, o bilhete para viagens rodoviárias interestaduais também impactou com um crescimento de 3%.

Outro fator para a alta no custo de vida veio dos alimentos – elevação de quase 0,8%. Os itens que mais pesaram no grupo foram a batata-inglesa (alta de 23,5%), o tomate (22%) e a cebola (12%).

Na contramão, São Paulo observou queda de 1% e 3% nos valores do litro da gasolina e do diesel, respectivamente. O etanol, por sua vez, aumentou em 4%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 26 de novembro.